

RECURSO ESPECIAL Nº 1.659.092 - RJ (2017/0052778-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : JULIANA DE ANDRADE LIMA
ADVOGADOS : LEONEL RODRIGUES - RJ011615
BRENO SAMPAIO DE OLIVEIRA FABIÃO E OUTRO(S) - RJ139548
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JULIANA DE ANDRADE LIMA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO SALARIAL. EXECUÇÃO. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA EXEQUENDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Trata-se de apelação cível interposta contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução, acolhendo os cálculos apresentados pela União Federal, já que estavam em consonância com os valores apurados pela Contadoria Judicial.
2. Sustenta a recorrente que os juros moratórios deveriam incidir desde o evento danoso, qual seja instituição do abono especial de 10,8%, pela Lei nº 7.333/85. Alega que a recusa ao pagamento do acréscimo constituiria ato ilícito da Administração.
3. O título executivo indicou expressamente a aplicação dos juros moratórios a partir do trânsito em julgado da sentença, fato ocorrido em 20/03/2007, não cabendo a modificação em sede de execução.
4. Apelo conhecido e desprovido" (fl. 109e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 112/115e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO SALARIAL. EXECUÇÃO. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA EXEQUENDA. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. VÍCIOS INEXISTENTES.

1. Inexiste qualquer omissão ou contradição no acórdão embargado, eis que foram enfrentadas, fundamentadamente, todas as

questões relevantes para o deslinde da causa de forma clara.

2. O título executivo indicou expressamente a aplicação dos juros moratórios a partir do trânsito em julgado da sentença, fato ocorrido em 20/03/2007, não cabendo a modificação em sede de execução.

3. A sentença proferida na ação principal julgou procedente em parte o pedido da autora, condenando a União Federal no pagamento do percentual de 10,8% do valor dos proventos da servidora, a teor da Lei 7.333/85, a ser aplicado a partir da vigência da referida lei. Nessa ocasião ficou determinada a forma de incidência da correção monetária e dos juros. Em apelação, foi concedido à autora o reposicionamento de 12 referências e o adicional de GATA, contudo, restou mantida a forma de incidência da correção monetária e juros que não foi impugnada pela parte. Nesse contexto foi formado o título executivo ora embargado, não cabendo, como já dito alhures, a sua modificação nesta fase processual.

4. Pretende a recorrente, na verdade, rediscutir a matéria posta nos presentes autos. Tais questões já foram abordadas no voto, devendo, o ora embargante, propor recurso próprio para rediscussão da matéria.

5. Recurso conhecido e desprovido" (fls. 125/126e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 535, I e II, do CPC/73, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, o seguinte:

"NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ART(S) 128, 219, 468 E 475-N, I DO CPC

Partindo-se da premissa de que em conflito com o art. 219 do CPC não foi aplicada a regra geral no que pertine à incidência dos juros moratórios para os benefícios deferidos pelo v. acórdão, regra corroborada pelo art. 405 do CC, não resta dúvida que houve distorção no alcance do título executivo e ofensa direta aos art(s) 128, 468 e 475-N, I do CPC.

Como dito anteriormente, a sentença nunca poderia estabelecer a recomposição de patrimônio pelos juros moratórios para benefícios que sequer deferiu. Se o fez, o fez de maneira equivocada.

Portanto, a sentença, no que diz respeito aos juros de mora, deve ter seu alcance limitado ao único benefício por ela deferido, ou seja, aos 10,8% instituídos pela Lei nº 7.333/85, não atingindo os benefícios que

foram deferidos tão somente pelo v. acórdão, sobre os quais deve ser aplicada a regra geral prevista no art. 219 do CPC.

Tratando da incidência dos juros moratórios nas ações em que há pagamento de verbas remuneratórias, merecem destaque as seguintes decisões do STJ:

(...)

Como se vê, a inobservância da regra geral do art. 219 do CPC, que deve ser aplicada nos casos de omissão do v. acórdão e para os benefícios por ele deferidos, contamina o processo e leva a uma interpretação distorcida do título executivo, o que acaba ofendendo diretamente as previsões normativas dos art(s) 128, 468 e 475-N, I do CPC.

Sendo assim, por todos os motivos expostos, deve ser aplicada a regra geral do art. 219 do CPC aos benefícios deferidos tão somente pelo v. acórdão, que são: reposicionamento em 12 referências (Exposição de Motivos nº 77/85), vantagem pecuniária do art. 184, II da Lei nº 1.711/52 e GATA - Gratificação de Atividade Técnico Administrativa (art. 2º da Lei nº 7.407/85).

DIVERGÊNCIA ENTRE A INTERPRETAÇÃO EMPRESTADA PELO TRF DA 2ª REGIÃO E PELO STJ AOS DISPOSITIVOS REFERENTES À REFORMA EX OFFICIO DA LEI Nº6880/80.

Confrontando-se o v. acórdão com os julgados supra destacados, verifica-se que o TRF2 através de uma de suas Turmas Especializadas deu interpretação divergente àquela adotada pelo STJ para os dispositivos de lei referentes à aplicação dos juros moratórios nas ações que versem sobre o pagamento de verbas remuneratórias.

Os juros moratórios nas ações que versem sobre pagamento de verbas remuneratórias, segundo a respeitável orientação do STJ, devem incidir a partir da citação de acordo com a inteligência do art. 219 do CPC. Nessa esteira, destacam-se as decisões do AgRg no AREsp 237501 / RJ e do RESP 842.094/MS, o primeiro de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves e segundo de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima.

Acontece que, de acordo com a interpretação utilizada e aplicada no v. acórdão de fls., o art. 219 do CPC vira 'letra morta', não alcançando, assim, a intenção do legislador de garantir a justa recomposição do patrimônio com a incidência dos juros moratórios a partir da citação. Motivo pelo qual, se mostra mais razoável e correto o entendimento sustentado pelo Superior Tribunal de Justiça na

questão ora debatida.

Portanto, resta patente que os fundamentos do acórdão recorrido, não se harmonizam com interpretação dada à lei pelos tribunais superiores, exorbitando, assim, as modulações legais para a incidência dos juros moratórios" (fls. 131/135e).

Por fim, requer o provimento do recurso "para que o STJ reforme a decisão recorrida e fixe o 'quantum debeatur' no valor executado, ou então, determine o retorno dos autos à Contadoria Judicial para a inclusão dos juros moratórios desde a citação no cálculo dos benefícios deferidos pelo v. acórdão, que fora omissos nesse sentido" (fl. 135e).

Contrarrazões a fls. 158/160e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 164e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução ajuizados pela parte ora recorrida, objetivando o reconhecimento de excesso de execução.

Julgada procedente a demanda, recorreu a autora, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Quanto ao cerne da controvérsia, a Corte de origem decidiu com base nos seguintes fundamentos:

"Inicialmente, cumpre observar que a execução foi proposta no valor de R\$ 121.660,36. Tal valor foi impugnado pela apelante, que, em sua peça inicial, afirmava ser correto o montante de R\$ 63.500,98.

Diante da divergência, foram os autos remetidos à Contadoria Judicial

que, após incluir nos cálculos os expurgos inflacionários, confirmou o valor indicado pela embargante e esclareceu a dúvida da exequente quanto à incidência dos juros de mora (fl. 58/61). Vejamos:

'Cumpre-se informar que os cálculos anteriores foram corretamente efetuados aplicando os juros de mora a partir do trânsito em julgado - em conformidade com a r. Sentença de fls.145-147. As r. Decisões posteriores não modificaram quanto a esta questão.

O fato de o direito ser aplicado desde setembro de 1985, s.m.j., significa que os valores serão devidos a partir daquela data e corrigidos monetariamente, mantendo-se, portanto, o valor ajustado. No entanto, quanto à mora, s.m.j., esta foi explicitada desde quando seria devida na fl.147.

Refez-se o cálculo, retificando-o exclusivamente quanto à correção monetária, utilizando neste ora anexado a Tabela para Ações Condenatórias em Geral onde os expurgos já reconhecidos pelo STJ são aplicados, em vez daquela tabela aplicada anteriormente, esta agora, em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal.

Portanto, que seja desconsiderado o cálculo anterior porquanto a correção monetária indevida e considerem este ora anexado, que, inclusive têm os valores corrigidos pelos mesmos índices utilizados pela douta Contadoria da União Federal.'

Não obstante o reconhecimento jurisprudencial de que 'os juros de mora, no caso de pagamentos de verbas remuneratórias em atraso são devidos a partir da citação, consoante inteligência do art. 219 do CPC' (AgRg no AREsp 237.501/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/05/2013), **a execução do julgado deve espelhar exatamente o que dispôs o título exequendo.**

Na hipótese dos autos o título executivo indicou expressamente a aplicação dos juros moratórios a partir do trânsito em julgado da sentença (fl. 08 dos autos virtuais), fato ocorrido em 20/03/2007 (fl. 20 dos autos virtuais), não cabendo a modificação em sede de execução" (fls. 106/107e).

No julgamento dos Aclaratórios, acrescentou-se, **in verbis**:

"Com efeito, consultando os autos verifica-se que a sentença proferida

na ação principal julgou procedente em parte o pedido da autora, condenando a União Federal no pagamento do percentual de 10,8% do valor dos proventos da servidora, a teor da Lei 7.333/85, a ser aplicado a partir da vigência da referida lei. Nessa ocasião ficou determinada a forma de incidência da correção monetária e dos juros.

Em apelação, foi concedido à autora o reposicionamento de 12 referências e o adicional de GATA, contudo, restou mantida a forma de incidência da correção monetária e juros que não foi impugnada pela parte.

Nesse contexto foi formado o título executivo ora embargado, não cabendo, como já dito alhures, a sua modificação nesta fase processual" (fl. 122e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que alterar as conclusões firmadas no acórdão recorrido, concernentes aos limites da coisa julgada, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. EXECUÇÃO. LIMITES FIXADOS NO TÍTULO JUDICIAL TRANSITADO EM JULGADO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente.

2. **In casu**, verifica-se que não foram respeitados tais requisitos legais e regimentais (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e art. 255 do RI/STJ), o que impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

3. É inviável alteração dos critérios e termos estabelecidos no

título executivo judicial, por ocasião do cumprimento de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada (AgInt no AREsp 708.584/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016) .

4. A revisão do entendimento alcançado pelo Tribunal a quo demandaria reincursão no contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial do qual não se conhece" (STJ, REsp 1.659.711/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IRRESIGNAÇÃO. LIMITES DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: 'Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC'.

2. A revisão do julgado, no ponto inerente as balizas levadas a efeito em feito anterior e aptas a se consubstanciaram como coisa julgada, bem como o exame dos limites substitutivos da apelação julgada naqueles autos, demandaria o revolvimento de premissas fáticas estabelecidas pelo Tribunal de origem, hipótese essa inviável em recurso especial. Incidência da Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.574.311/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 02/05/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INTERPRETAÇÃO. COISA JULGADA. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. SALÁRIO. REMUNERAÇÃO. DIFERENÇA. DIREITO. ALEGAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284-STF. NÃO PROVIMENTO.

1. O juízo não é obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos levantados pelas partes, senão sobre aqueles essenciais à solução da controvérsia.

2. Em regra, a interpretação das instâncias ordinárias acerca do

título exequendo, ainda que judicial, não se submete ao crivo do recurso especial, por encontrar o óbice de que trata o enunciado n. 7, da Súmula.

3. A ausência de indicação de dispositivo legal, ou da demonstração de divergência jurisprudencial, sobre determinada questão federal impede o conhecimento do recurso especial, no dizer do verbete n. 284, da Súmula do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 10.737/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 22/03/2012).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

I - É possível interpretar o conteúdo do título executivo judicial sem que isto implique em ofensa a coisa julgada, devendo-se inclusive, conjugar a parte dispositiva com a fundamentação. Precedente.

II - Rever a interpretação dada pelo e. Tribunal a quo ao conteúdo do título executivo judicial implica em revolver matéria fático probatória, procedimento vedado pela súmula 7 desta e. Corte Superior.

Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no REsp 1.015.470/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 04/08/2008).

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 16 de agosto de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora